



HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.464	682
Contas a receber	4	9.705	16.832
Estoques	5	2.870	2.965
Outras contas a receber		882	118
		15.921	20.597
Não circulante			
Imobilizado	7	12.656	12.308
Intangível		371	337
		13.027	12.645
Total do ativo		28.948	33.242
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	5.165	6.723
Obrigações sociais e trabalhistas	9	2.182	1.948
Obrigações fiscais	10	236	173
Outras obrigações		4.073	1.183
Partes Relacionadas	6	3	3
		11.659	10.030
Não circulante			
Outras obrigações		12.636	12.636
Provisão para rescisões trabalhistas	12	1.896	1.462
Provisão para encargos trabalhistas INSS-Ce	11	2.757	9.114
Provisão para contingências	13	-	-
		17.289	23.212
Total do passivo		28.948	33.242

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita de serviços		75.279	69.753
Custo dos serviços prestados	14	(73.594)	(68.513)
Resultado bruto		1.685	1.240
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(6.534)	(5.778)
Outras receitas		2	91
Receitas financeiras		222	32
Despesas financeiras		(686)	(450)
Déficit do exercício		(5.311)	(4.865)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(5.311)	(4.865)
Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para rescisões trabalhistas	434	1.462
Provisão para encargos trabalhistas INSS – Cebas	4.011	3.494
Reversão da provisão para encargos INSS – CEBAS	(10.368)	-
Provisão para contingências	-	(96)
	(11.234)	(5)
Aumento / (diminuição) nos ativos e passivos		
Contas a receber	12.438	2.476
Estoques	95	(1.627)
Outras contas a receber	(764)	168
Partes relacionadas	-	(841)
Depósitos judiciais	(1.558)	(5.190)
Obrigações sociais e trabalhistas	234	(568)
Obrigações fiscais	63	96
Outras obrigações	2.890	2.381
	2.164	(3.110)
Aumento / (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.164	(3.110)
Das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(382)	(1.351)
Caixa gerado / (aplicado) nas atividades de investimentos	(382)	(1.351)
Aumento / (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.782	(4.461)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	682	5.143
No final do exercício	2.464	682
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	1.782	(4.461)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 29 de abril de 2014 foi criada uma filial na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Rua Dona Nequita C/Dao Barbosa, Quadra 08, Lote 18 e 19 C-10, Jardim Ipiranga com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0004-86. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, denominado Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada – HEAPA - conforme o Contrato de Gestão Nº 002/2013-SES-GO, com o objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HEAPA como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

O primeiro contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 37.926, o qual vem sendo renovado anualmente.

A renovação do contrato de gestão veio por meio do quarto aditivo que prorrogou a vigência do contrato por seis meses, entre 25 de novembro de 2019 e 24 de maio de 2020, com valor global estimado em R\$ 31.296.

O sétimo termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 25 de maio de 2021 e término em 24 de maio de 2022, com valor global estimado em R\$ 78.323.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 16 de abril de 2021 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada – HEAPA sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretaria da Saúde do Estado de Goiás - SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 31 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Imobilizado

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS – CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.12. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HEAPA não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	72	54
Aplicações financeiras	2.392	628
	<u>2.464</u>	<u>682</u>

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

	2021	2020
Repasse de custeio (i)	408	3.742
Direito de execução do contrato (ii)	9.297	13.090
	9.705	16.832

(i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;

(ii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim demonstrada:

	Repasse de custeio	Direito de execução de contrato	Total
Saldo inicial	3.742	13.090	16.832
Faturamento	75.279	-	75.279
Recebimento de recursos	(61.492)	-	(61.492)
Glosas	(17.121)	-	(17.121)
Reversão INSS CEBAS	-	(9.114)	(9.114)
Apuração de resultado	-	5.312	5.312
Ajustes diversos	-	9	9
Saldo Final	408	9.297	9.705

5. Estoques

	2021	2020
Material médico hospitalar	1.399	1.216
Medicamentos	844	1.186
Dietas enterais e parenterais	5	71
Materiais de expediente	90	81
Materiais de limpeza	96	59
Materiais diversos e outros	436	352
	2.870	2.965

6. Partes relacionadas

	2021	2020
Passivo		
Maternidade Nossa Senhora de Lourdes – MNSL	3	3
	3	3

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Imobilizado

	2021	2020
Imobilizado cedido		
Máquinas e equipamentos	9.143	9.144
Equipamentos de informática	219	219
Móveis e utensílios	1.342	1.342
Imobilizado adquirido		
Máquinas e equipamentos	1.283	1.162
Equipamentos de informática	103	103
Móveis e utensílios	566	338
	12.656	12.308

8. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HEAPA, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisões para férias	1.845	1.559
FGTS a recolher	-	127
Encargos sobre férias	148	125
INSS a recolher	96	50
Outras	93	87
	2.182	1.948

10. Obrigações fiscais

	2021	2020
PIS/COFINS/CSLL a recolher	109	73
ISS a recolher	25	15
INSS a recolher – PJ	73	71
IRPF a recolher	29	14
	236	173

11. Provisão para encargo INSS - Cebas

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhê-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2021, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2024.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2021 a dezembro de 2021, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	9.114	5.620
Provisão INSS – CEBAS	4.011	3.494
Reversão da provisão (1) (i)	(10.368)	-
Saldo final	2.757	9.114
Reversão do INSS - CEBAS		
Reversão da provisão – exercícios anteriores (nota 4)	(9.144)	-
Reversão da provisão – exercício atual	(1.254)	-
Total da reversão (1)	(10.368)	-

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2021. Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide Nota Explicativa nº4.

12. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

13. Provisão para contingências trabalhistas

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Provável". A Entidade possui processos de natureza trabalhistas e cíveis classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 180.

14. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Medicamentos e materiais (a)	(12.253)	(9.576)
Pessoal (b)	(36.907)	(37.350)
Serviços prestados (c)	(24.434)	(21.587)
	(73.594)	(68.513)

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2021	2020
Medicamentos	(4.766)	(3.760)
Materiais hospitalares	(3.989)	(3.191)
Gases hospitalares	(143)	(107)
Materiais de laboratório	-	(231)
Dietas enterais	(207)	(253)
Dietas parenterais	-	(155)
Órteses e próteses	(1.208)	(8)
Materiais de uso e consumo	(1.522)	(1.868)
Glosas de fornecedores	-	(3)
Ajuste de inventário	(418)	-
	(12.253)	(9.576)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2021	2020
Glosa / custos ou despesas c/folha (i)	(16.372)	(18.156)
INSS – CEBAS (ii)	(2.757)	(3.494)
Salários e ordenados	(10.267)	(9.189)
Adicionais	(2.155)	(1.885)
13º salário	(1.181)	(1.023)
Férias	(1.695)	(1.460)
Rescisões	(673)	(399)
Prêmios e gratificações	(440)	(354)
Horas extras	(50)	(42)
Vale transporte	(172)	(237)
FGTS	(1.238)	(1.073)
(-) Recuperação de despesas	293	270
Outros	(200)	(308)
	(36.907)	(37.350)

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HEAPA, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HEAPA, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços no HEAPA e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa nº11.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2021	2020
Honorários médicos	(13.721)	(10.843)
Serviço de limpeza e higienização	(3.334)	(198)
Serviços de lavanderia	(745)	(782)
Serviço de segurança patrimonial	(1.638)	(1.439)
Serviço de laboratório e radioterapia	(136)	(3.283)
Serviço de nutrição	(3.524)	(3.896)
Serviço de engenharia clínica	(586)	(415)
Glosa Consumo de água e energia SES	(750)	(731)
	(24.434)	(21.587)

15. Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços de manutenção	(401)	(189)
Serviços de processamento de dados	(653)	(364)
Serviços gerais	(4.244)	(4.064)
Aluguéis de imóveis	(7)	(13)
Aluguéis gerais	(1.196)	(931)
Impostos e taxas	(6)	(14)
Depreciação e amortização Bens permanentes	(27)	(203)
	(6.534)	(5.778)

16. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HEAPA, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

HOSPITAL ESTADUAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA CAIRO LOUZADA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

17. Informações complementares

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa – método direto
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Saldo Inicial	682	5.140
Recebimentos		
Contrato de Gestão	65.077	56.433
Termo Aditivo	19	2
Receita Financeira	59	-
Reembolso	-	2
Outras Receitas	11	-
Total de Recebimentos	65.166	56.437
Pagamentos		
Pessoal	17.087	16.659
Material de Consumo	13.466	12.581
Serviços de Terceiros	30.620	29.382
Despesas Bancárias	21	21
Outras Despesas Operacionais	90	82
Tributos/Taxas/Contribuições	123	117
Despesas com Locações (imóveis/equipamentos/veículos)	1.235	943
Investimentos (obras/imobilizado)	430	1.001
Água/Energia/Telefone/Internet	314	109
Total de pagamentos	63.386	60.895
Saldo Final	2.462	682
Saldo Financeiro Disponível para o Exercício Seguinte		
Saldo em C/C e Aplicação Financeira	2.460	680
Fundo fixo de Caixa	2	2
Saldo Final	2.462	682

Demonstração das mutações dos superávits (déficits) acumulados

Descrição	Superávits / (déficits) acumulados	Superávits / (déficits) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(788)	(2.907)	(3.695)
Apropriação do superávit (déficit) do exercício anterior	(2.907)	2.907	-
(Déficit) do exercício	-	(4.865)	(4.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.695)	(4.865)	(8.560)
Apropriação do superávit (déficit) do exercício anterior	(4.865)	4.865	-
(Déficit) do exercício	-	(5.312)	(5.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.560)	(5.312)	(13.872)

Lucas Silva Carvalho
Contador CRC BA 033770/O

José Geraldo Gonçalves de Brito
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada – HEAPA
Goiânia – GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada – HEAPA (“Entidade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo Louzada - HEAPA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 GO 001837/F-4

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 017715/O-5 – S – GO

Protocolo 296079